10967 - Tecendo caminhos para a formação de 'novos' extensionistas

Weaving paths for the formation of the 'new' extensionists

BARROS, Liliane Freitas Costa¹; MELO, Acácio Tarciso Moreira de²

Eng. Agr.a, MSc em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, liaacapu@yahoo.com.br; Eng. Agr., MSc. em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, atmmelo@yahoo.com.br.

Resumo: O relato que segue é resultado do trabalho interdisciplinar recomendado no Projeto Político Pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA –Campus Castanhal). As atividades foram desenvolvidas no âmbito das disciplinas de Culturas Sazonais; Olericultura; Química; Economia, Sociologia e Extensão Rural; e, conduzidas junto aos assentados do Projeto de Assentamento (PA) Benedito Alves Bandeira, localizado no município de Acará, Nordeste Paraense, distante 180 km de Belém. A experiência foi realizada nos meses de maio e junho de 2006, a partir da parceria firmada com o Instituto Agroecológico da Amazônia (IAAM), que na época representava a Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES/INCRA - SR 01.) desse PA.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Agroecologia; Educação; Assentados.

Contexto

Os debates sobre a formação do profissional da Extensão Rural se iniciaram com Paulo Freire, nos anos 60, e teve sua culminância no período da Nova República, a partir do que se denominou de Repensar da Extensão Rural, e, na década de 1990 assumiu novas configurações (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, pág. 151). Segundo Freire (1992:41) o próprio conceito de 'extensão' sugere a idéia de transferência dos conhecimentos do extensionista ao camponês, e, conseqüentemente a imposição de cima para baixo, estabelecendo com isso o caráter antidialógico. Outras questões, além desta, têm sido ressaltadas por esse e outros autores, os quais mencionam a deficiência que há na formação escolar/acadêmica de tais profissionais, em especial no que se refere ao conhecimento da realidade local e envolvimento com os sujeitos do campo, e neste caso, do reconhecimento de seus saberes.

Apesar de constantes discussões sobre isso, o modelo de extensão convencional parece ter permanecido. O problema a se questionar, segundo Guterres (2006), é sobre qual modelo tem sido pensado para os agentes de desenvolvimento nos locais de sua formação escolar? Segundo esse autor, a resposta disso nos remete a questão da influencia da "revolução verde" nesse setor. E, segundo ele é preciso mudar com relação a formação e intervenção da assistência técnica, dentre outros pontos. Contudo, não se pode, é claro, omitir os esforços de várias ONGs, instituições de ensino, pesquisa e extensão e o de muitos extensionistas que buscam diferenciar-se desse modelo convencional.

Diante disso e no intuito de contribuir com essa perspectiva, um grupo multidisciplinar de docentes da EAFC, atual IFPA, investiu numa abordagem de ensino em que as temáticas

apreendidas em sala de aula pudessem ser construídas/fortalecidas junto ao cotidiano da extensão rural e em suas realidades locais. Além disso, que promovesse um aprendizado necessário aos educandos impossível de serem aprendidos no universo escolar/acadêmico, por considerarmos ser esse espaço insuficiente para isso, o que debilita a construção dos conhecimentos da formação técnica necessária aos profissionais das ciências agrárias, e principalmente a de extensionistas.

Nesse sentido, este relato representa o resultado do esforço de concretizarmos práticas educativas necessárias a formação técnica dos educandos do curso Técnico em Agropecuária. É válido ressaltar que apesar de todo o empenho para isso, os educadores envolvidos nesse desafio detinham muitas limitações provenientes de uma formação acadêmica que

“em vez de formar profissionais que entendam as condições específicas e totalizadoras inerentes aos processos agrícolas, o ensino nas universidades e escolas agrícolas brasileiras adotou um modelo que privilegia a divisão disciplinar, a especialização e, por conseqüência, a difusão de receitas técnicas e pacotes tecnológicos. Assim, os profissionais egressos destas instituições de ensino, em geral, não tiveram a oportunidade de chegar a uma compreensão da agricultura como uma atividade que, ademais de sua ‘função de produzir bens’, é um processo que implica uma relação entre homem e ecossistema onde vive e trabalha, sem considerar que, para muitos pode ser também uma forma de vida” Caporal (2007,pág. 73).

Apesar de tais limitações buscou-se intervir numa perspectiva de construir um “novo profissionalismo”, profissionalismo que suplante as “deformações” promovidas pelo modelo de desenvolvimento agrícola ainda vigente e dominante (CAPORAL, 2007), partindo de uma educação que favorecesse a atuação dos técnicos junto aos demais atores locais a partir da troca de saberes, da valorização desses saberes locais, e, da compreensão sistêmica da propriedade/lote.

Nesse sentido, organizou-se uma Vivência¹ Interdisciplinar, pretendo com isso superar algumas “carências” na formação profissional, considerando, que “em geral, as disciplinas são repassadas de forma isolada das demais e, quase sempre, alheia à realidade objetiva das pessoas e dos processos agrícolas concretos”. Além do que, se estuda muito pouco sobre o homem e o papel decisivo que ele tem na agricultura, e o que incide no distanciamento abstrato “com que se trata ao homem-agricultor” Caporal (2007,pág. 73)

Outro objetivo da Vivência Interdisciplinar consistia na construção de conhecimento a partir da troca de saberes, relacionando o aprendizado teórico/prático dos educandos com as experiências dos assentados. A partir da integração do conhecimento científico com o conhecimento local. De maneira que se restabeleça a necessidade de considerar as racionalidades e lógicas próprias dos diferentes estilos de agricultura, na perspectiva de construir contextos de sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, pág 152).

Descrição da Experiência

A experiência ocorreu no período de maio a junho de 2006, e foi realizada em três etapas; sendo a primeira o diagnóstico da realidade das famílias do PA Benedito Alves Bandeira e a elaboração da proposta. A segunda o planejamento detalhado da execução das

atividades, seguida da terceira etapa, a Vivência Interdisciplinar junto aos assentados. Ao final, fez-se uma avaliação geral da experiência, na perspectiva dos diferentes sujeitos envolvidos.

O diagnóstico da realidade das famílias ateu-se de maneira especial ao sistema de produção de seus estabelecimentos/lotês, e, construído junto a ATES e a diretoria da associação do assentamento. A partir disso optou-se pelo debate sobre o “Cultivo de feijão (*Phaseolus vulgaris*)” em razão da manifestação dos assentados pelo plantio desta espécie, e, também por que o período da Vivência coincidiria com o período mais adequado ao plantio naquela região. Outro debate selecionado foi sobre a “Produção da farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz)”, e neste caso, em virtude desta ser o sistema de produção predominante.

Além dessas, a decisão pelo plantio de uma horta coletiva ocorreu em virtude desta ser outra de suas expectativas, tanto por causa dos cultivos como pelo fato desta fortalecer os laços coletivos. Essa etapa foi finalizada com a elaboração da proposta, tendo para isso o apoio das profissionais da área pedagógica, cuja indicação de bases teóricas foi fundamental para complementar os elementos justificáveis e consolidar o planejamento.

Após a proposta ter sido devidamente analisada e aprovada pelos setores responsáveis da EAFC (atual IFPA), fez-se então o planejamento da execução das atividades realizadas na Vivência Interdisciplinar no período de 15 a 17 de junho de 2006 no Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira (BAB), localizado município do Acará, Nordeste do Pará (distante a 180 km da cidade de Belém), localidade onde os 43 educandos (15 do ensino médio e 28 do pós médio) da EAFC permaneceram por 3 dias.

Os educandos tentaram estabelecer uma relação dialógica com os assentados, respeitando o ambiente familiar, durante todo o período em que conviveram com as famílias, e, realizaram junto com elas as atividades previamente planejadas a partir do levantamento realizada na 1^o etapa, e também, outras que estavam previstas para serem realizadas naquele período em seus estabelecimentos.

A Vivência Interdisciplinar teve início com uma dinâmica de apresentação dos sujeitos envolvidos. Em seguida, um grupo de educandos provocou o debate a respeito de como realizavam o “Cultivo de feijão”, suas principais dúvidas e lamentações sobre isso. Como material de apoio os educandos utilizaram vários informativos da EMBRAPA Amazônia Oriental, tendo em vista a condução do debate no sentido da valorização dos conhecimentos científico e empíricos.

Após o almoço coletivo, o debate “Produção da farinha de mandioca” foi iniciado por outro grupo de educandos que promoveram a exibição de um vídeo elaborado pela Embrapa Nordeste, em que relata sobre os dados de produção e os locais de maior produtividade a nível nacional, além disso, apresenta várias sugestões de práticas de melhoria nesse sistema de produção, e também, ressalta sobre a questão da organização dos produtores em especial para a comercialização dessa produção. Ao término dessa atividade, cada dupla ou trio de educandos, foram encaminhados a família com quem conviveriam pelos dias em que permaneceriam no assentamento. A partir disso, a intervenção dos educadores ocorreu menos freqüente, e o monitoramento foi realizado através de uma rápida visita, ocasião em que as sementes do feijão foram entregues pela ATES (obtidas

via parceria com a secretária de Agricultura do Estado) para a realização do plantio. Também, a partir desse convívio houve maior interação dos assentados e educandos, e por parte destes uma melhor compreensão a respeito da gerência do estabelecimento familiar. A última atividade realizada, antes da avaliação final, foi a construção de uma horta coletiva. Para isso, dois dos educandos conduziram os debates aliando seus conhecimentos a dos assentados e demais educandos.

Durante todos os espaços e debates a intervenção dos educadores ocorreu pouco frequente, mais no sentido de que os assentados discorressem a vontade sobre suas experiências.

As proposições de Guterres (2006, pág. 25) a respeito de que

“cada família de agricultores precisa se tornar cientista de sua própria profissão, aprendendo com a natureza, com o comportamento das plantas, dos animais e do meio ambiente, bem como buscar conhecimentos sistematizados pelos estudos científicos acumulados pela humanidade”,

fundamentaram esta etapa. Nesse viés, a experiência realizada constituiu-se numa perspectiva agroecológica, uma vez que Guterres (2006) ressalta ser esta um enfoque transdisciplinar de tratar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica, ou ainda, um enfoque teórico e metodológico que, utilizando várias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Sendo, portanto essa a “vinculação essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano (GUTERRES, 2006, pág. 93)”. O que há constitui, cada vez mais, em importante ferramenta para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas necessárias para assegurar a sustentabilidade da agricultura e das estratégias de desenvolvimento rural (EMBRAPA, 2006, pág. 37).

Dessa forma, a agroecologia se constitui numa realidade concreta de construção de um novo conhecimento que parte da interação entre a biodiversidade ecológica e a sociocultural local, dos saberes dos agricultores e dos técnicos envolvidos no processo de desenvolvimento. Compreendida dessa forma, a agroecologia supera o conceito de extensão na medida em que a ação dos técnicos se dá pelo diálogo, respeito à cultura e à visão de mundo dos agricultores (FREIRE, 1983; EMBRAPA, 2006).

Resultados

A experiência relatada contribuiu para a construção de uma formação diferenciada aos educandos que atuarão quando profissionais junto aos agricultores rurais, tendo em vista, a perspectiva de uma “nova” assistência técnica e/ou extensão rural, a qual não se desvincule da pesquisa de tal forma que quando estas são elaboradas não chegam até aos agricultores ou não servem para eles, principalmente, por serem feitas de forma isoladas e/ou separadas de suas realidades. Mas sim, que gere respostas concretas aos desafios do campesinato no Brasil, não como sendo um veículo de transmissão de resultados de pesquisas tecnológicas até os agricultores, e sim como um instrumento para fortalecer a capacidade de auto-aprendizagem das famílias camponesas para a autogestão dos agroecossistemas e das comunidades rurais para um desenvolvimento rural sustentável, conforme referido por Guterres (2006, pág.100).

Após a vivência as narrativas demonstraram que experiências como essa são necessárias à formação dos educandos, e, embora isso seja um grande desafio a nós educadores/formadores de profissionais da ATES/ATER a proposta por uma nova “construção” desses agentes possa constituir-se realidade, de forma que possibilite uma formação intercomunicativa, detentora de uma visão de que o conhecimento não pode ser transferido; e, a de que todos aprendem durante a vida inteira; isso é, o aprendizado é contínuo, “o que possibilitou aos agricultores desenvolverem, ao longo do tempo, estilos e estratégias de aprendizagem que lhes parecem adequadas para solução de seus próprios problemas, sem necessariamente a ajuda do extensionista” (GUTERRES, 2006, 104).

Os educandos revelaram maior maturidade no sentido dessa compreensão, o que pode ser confirmado a partir de suas narrativas. A vivência, segundo eles, “enriqueceu” seus conhecimentos, mostrou-lhes a maneira como relacionar os conhecimentos apreendidos no universo escolar com os conhecimentos empíricos dos assentados, sendo isso, sem dúvida, um enorme desafio principalmente para aqueles menos familiarizados com o meio rural/agrário. Além do que, obteve-se, segundo eles, uma melhor compreensão da lógica familiar de gerenciamento do estabelecimento, e a diferença deste gerenciamento com relação ao empresarial.

Percebeu-se a partir dessas narrativas um avanço na análise crítica da realidade e dos fatos que os envolvem. A quantidade de novas informações lhes subsidiou novos posicionamentos em relação a diversas questões, o que contribuiu para um rompimento com os mitos a respeito dos assentados e sua forma de vida e trabalho, sendo estes compreendidos como elementos fortemente entrelaçados. E, também, para perceberem que embora as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos assentados fossem iguais as de outras localidades, as praticas por eles desenvolvidas nem sempre eram as mesmas.

Partindo-se disso, consolidou-se a idéia de que existem várias agriculturas familiares, principalmente, no caso da Amazônia Brasileira, onde há grande diversificação, distintos personagens e ecossistemas. Outra reflexão pertinente a isso foi no sentido de que “a busca de alternativas sustentáveis para a agricultura deve reconhecer que é muito provável, que em cada situação específica e em cada agroecossistema aquelas variáveis não se apresentam de forma absolutamente idêntica, por isso as possíveis soluções encontradas para uma determinada situação não serão, necessariamente, aplicáveis a situações semelhantes. Isto confirma as teses segundo as quais a noção de sustentabilidade agrícola não é compatível com o modelo difusionista da extensão rural (CAPORAL, 2007, pág. 62).

A idéia de que as alternativas sustentáveis devem considerar ademais da dimensão estritamente técnico-agronômica, as variáveis de natureza econômica, sociais, culturais e ambientais que estão presentes em uma situação dada alcançaram um determinado nível de consenso.

Para finalizar, ressaltamos aqui que a extensão rural não poderá avançar para esses novos compromissos se não revolucionar suas bases teóricas-conceituais e seus referenciais metodológicos. Conforme já mencionado neste estudo, a opção decisiva pela Educação Libertadora, subsidiada de outras escolas pedagógicas progressistas, constitui

uma exigência para que a extensão rural se mostre realmente nova, no sentido de contribuir para o resgate da cidadania e da dívida social que tem a Nação com as maiorias subalternas do campo (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, pág. 15). E, que é importante rejeitar a idéia de transferência de tecnologia sem, no entanto sucumbir ao risco oposto do populismo.

Bibliografia Citada

CAPORAL, Francisco Roberto. As Bases para a Extensão Rural do Futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2007. pág. 5-15.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Por uma nova Extensão Rural: fugindo da obsolescência. In: Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2007. pág. 5-15.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Considerações Finais. In: Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2007. pág. 5-15.

EMATER. Rio Grande do Sul. **Plano Estratégico Plurianual - 1997-2000**: marco referencial. Porto Alegre: EMATER/RS, 1996.

EMBRAPA. **Marco de Referência em Agroecologia**, Brasília, 2006. (disponível no sitio www.pronaf.gov.br/dater)

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.